

A GESTÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DO IMPACTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA “PRAIA DE BANHO”, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA.

Benedito Alex Marques de Oliveira Santos¹

Yata Anderson Gonzaga Masullo²

Stela Maria Araújo Gomes³

Antonio Cordeiro Feitosa⁴

RESUMO

O turismo é uma prática social, porque o fazer turismo envolve uma variada gama de recursos e estruturas básicas que possibilitem à atividade, correlacionando à paisagem explorada, com a preservação do ambiente e as políticas de gerenciamento ambiental. No município de São José de Ribamar – MA, é perceptível que o crescimento urbano, aliado à transformação econômica da cidade, origina grandes alterações nas relações econômicas e sociais. O que tem mudado passo a passo são as metodologias que vêm se aprimorando dia após dia, tomando mais fácil o entendimento das análises e facilitando o planejamento de ações, otimizando as prestações de serviços e principalmente a conservação da natureza.

Palavras - chave: Gestão ambiental. Planejamento ambiental. Turismo.

ABSTRACT

Tourism is a social practice, because doing so tourism involves a wide range of resources and basic structures that allow the activity, ranging from the landscape explored by correlating the preservation of the environment with the policy of environmental management. In the municipality of San Jose de Ribamar - MA, is perceived urban growth, combined with the economic transformation of the city, causing profound changes in social and economic relations. What has changed are the step-by-step methodologies that have been improving day after day, making it easier to understand the analysis and facilitating the planning of actions, optimizing the services and especially the conservation of nature.

Words - words: Environmental management. Environmental planning. Tourism.

¹Estudante de Geografia – UFMA/ NEPA

²Estudante de Geografia – UFMA/ GEOTEC

³Estudante de Administração – UEMA/ SEBRAE

⁴Departamento de Geociências - UFMA

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades humanas que mais captam recursos nas relações comerciais mundiais, ficando atrás apenas das vendas de instrumentos bélicos. Grande parte dos estudos relacionados à atividade turística são voltados para gestão e planejamento dessa atividade, gerando informações técnicas que ampliam e dinamizam seu desenvolvimento, dando ênfase ao ambiente no qual o turismo é realizado.

A atividade turística envolve uma variada gama de estruturas e recursos, desde motivos naturais até o conjunto de estruturas humanizadas a serem visitadas e ocupadas, sendo seus atores principais pessoas interessadas na busca do novo ou do exótico.

No âmbito do turismo, o gerenciamento ambiental oferece importantes indicadores que possibilitam o planejamento e o controle dos seus efeitos sobre o ambiente, enfatizando a diversidade de padrões de aplicação e de desenvolvimento para responder às peculiaridades sociais, ambientais e econômicas no local.

Dentre os ambientes de motivação turística o litoral merece foco especial, pois praias, dunas e lagunas são as paisagens mais exploradas pelas empresas especializadas nessa prática. Tanto em nível global quanto no cenário nacional, a atividade turística encontra em tais áreas suas principais bases de geração e captação de recursos, sendo a esses lugares destinados ao maior volume de investimentos em marketing, resorts e outras estruturas.

A prática turística voltada ao acúmulo de capital nas zonas litorâneas, muitas vezes supera as preocupações direcionadas a uso e manejo adequado do espaço, alterando os fluxos energéticos naturais além de causar impactos ambientais locais e regionais. A gestão dos recursos naturais funciona como importante instrumento de preservação de recursos econômicos, ambientais e sociais fazendo desta uma atividade sustentável.

No município de São José de Ribamar, o turismo segue como uma das principais atividades econômicas juntamente com a pesca, prática muito comum já que o município se encontra em uma zona costeira. O crescimento urbano do município, aliado à transformação econômica da cidade, causou profundas alterações nas relações socioeconômicas locais e das estruturas urbanas.

As mudanças da paisagem na área estão evidentes com a ampliação da infra-estrutura e acesso às praias,

possibilitando a construção de restaurantes, pousadas e hotéis em toda a orla, estimulado pela religião.

Antes, a área objeto de estudo era caracterizada por uma longa faixa de mangue com o aporte de uma quantidade média de sedimentos arenosos depositados pela ação do mar que seguia em direção a praia de Caúra, situada ao norte do Município. A condição de fácil locomoção entre as praias estimulou o recorte da vegetação e construção de um espigão, para minimização dos processos erosivos ocasionados pelas correntes marinhas.

Concomitantemente, durante os períodos de veraneio, a praia se tornou alvo de inúmeras famílias e empreendimentos, em decorrência da proximidade com o centro, ocasionando forte especulação imobiliária acarretando em significativas transformações na paisagem e marcantes impactos na área.

A gestão e o planejamento ambiental como ferramentas de conservação e preservação indicam importantes ferramentas para a prática turística. A implicação de políticas voltadas à exploração do espaço de maneira racional, respeitando as limitações físicas e biológicas do meio, perpetuam as potencialidades da área e atuam como catalisadores da qualidade de vida local.

A identificação e análise de fatores e aspectos naturais e humanos através da caracterização de cada elemento que contribuem para a transformação do ambiente estudado oferecem suporte teórico e prático para a proposição de ações mitigadoras e de planejamento que indiquem melhores condições de uso e ocupação do espaço sem agredir de forma nociva e irracional as potencialidades do meio.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, foram utilizados métodos e técnicas que permitissem a melhor compreensão dos principais aspectos que influenciam e possibilitem a interpretação e análise dos elementos ambientais e das estruturas turísticas do município de São José de Ribamar.

Segundo a análise indicada por Bertrand (2006), o estudo geossistêmico é recomendado para estudos que correlacionam à natureza e a sociedade, pois o ambiente é resultante de uma combinação dinâmica e instável de elementos e características físicas, biológicas e antrópicas, singulares, porém interdependentes entre si. Dessa forma, compreenderam-se estudos relacionados à caracterização ambiental e humana da área em estudo.

Os métodos dedutivos e indutivos foram referentes à etapa de gabinete com pesquisa e revisão bibliográfica das literaturas sobre a temática abordada no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) e do Núcleo de Documentação, Pesquisa e Extensão Geográfica (NDPEG) como monografias, teses e livros.

Utilizou-se também o método fenomenológico e qualitativo como fatores de cognição e de interpretação no campo de aspectos sociais, ambientais e econômicos direcionados a atividade turística na área de estudo com entrevistas aos populares da área, registro fotográfico de bares, restaurantes e de outros aspectos presentes na praia de banho de São José de Ribamar.

Foi realizada leitura e análise dos materiais cartográficos presentes no site do Zoneamento ecológico econômico do Maranhão, com a utilização de imagens Landsat TM 5 para confecção de mapa temático da área de estudo.

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA

LOCALIZAÇÃO

O município de São José de Ribamar limita-se ao norte com o oceano Atlântico e com o município de Paço do Lumiar; a oeste e sul com o município de São Luís e a leste com a baía de São José. Sua delimitação é feita com base nas seguintes coordenadas geográficas: 02°27'35" e 02°42'11" Latitude Sul e 44°01'18" e 44°13'00" Longitude Oeste (Mapa 01).

O acesso ao município pode ser feito através de quatro rodovias: MA 201, que liga o município a São Luís; as rodovias MA 202 e MA 203 que ligam o município de São José de Ribamar aos municípios vizinhos de Paço do Lumiar e Raposa; e a MA 204 que liga o referido município diretamente a Paço do Lumiar.

A articulação entre as rodovias MA 202, 203 e 204 com a MA 201 proporciona a comunicação com a BR 135, através da Avenida Guajajaras que constitui o único acesso rodoviário para a saída do município em direção ao continente (Figura 01).

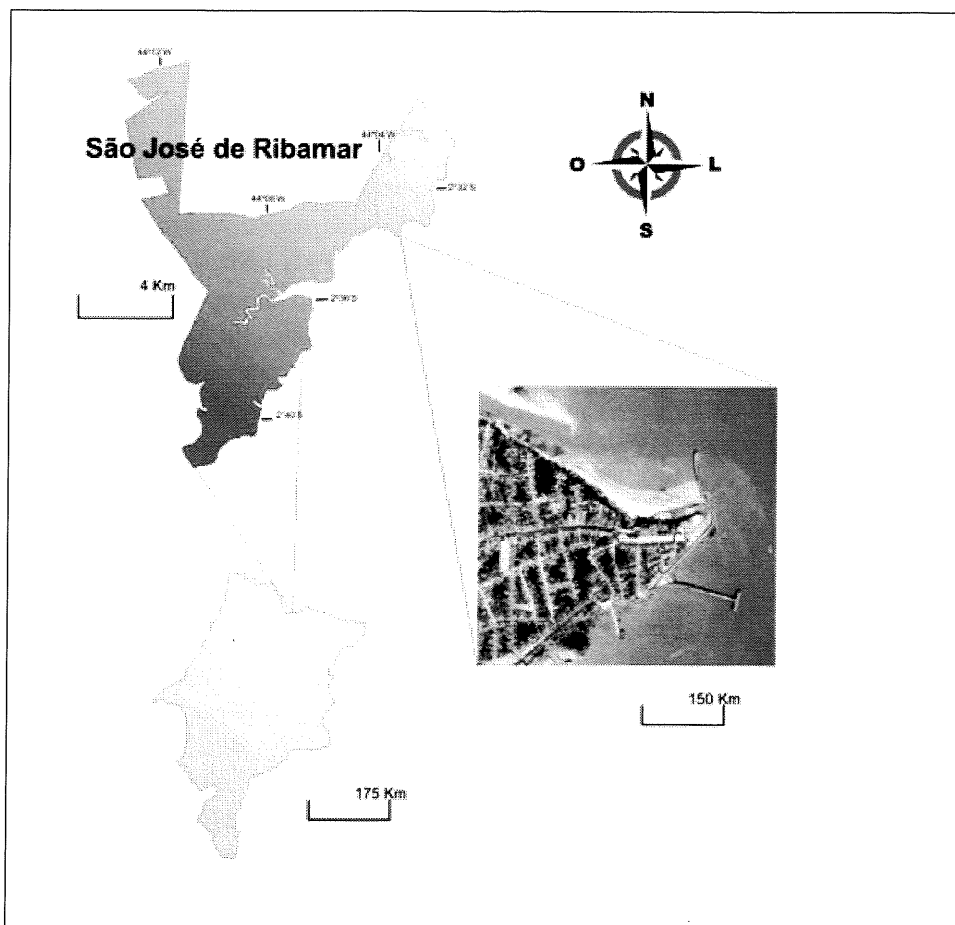


Figura 01 – Imagem aérea da praia de São José de Ribamar – MA.
Fonte: Adaptado do ZEE

GEOLOGIA

A caracterização geológica da área de estudo está intrinsecamente ligada à coluna estratigráfica de maior parte do território maranhense, sendo, portanto, importante à identificação da caracterização geológica do estado.

Segundo Feitosa (1989) a estratigrafia sedimentar do estado do Maranhão compreende as seguintes formações geológicas: Pré-Cambriano, Formação Piauí, Formação Poti, Formação Pedra de Fogo, Formação Motuca, Formação Mosquito, Formação Sambaíba, Formação Pastos Bons, Formação Corda, Formação Grajaú, Formação Itapecuru e série Barreiras e Aluviões.

A Bacia de São Luís limita-se a norte pela plataforma continental, e ao sul pelos Altos Estruturais Arco Ferrer - Urbano Santos, a oeste com a bacia de Bragança e a leste com a bacia de Barreirinhas, através do Alto das Canárias, na qual se situa a área de estudo (FEITOSA, 1989). Dessa forma, a ilha compreende um ambiente de origem deposicional, com eventos positivos de elevação e negativos de rebaixamento das estruturas da bacia de São Luís (PEREIRA, 2006).

A área de estudo, seguindo a tendência geológica da ilha, é caracterizada por rochas terciárias e quaternárias onde é possível descrever a existência de mangues, depósitos de vasa, dunas, falésias e praias, com o afloramento de rochas da série barreiras em vários pontos da ilha (FEITOSA, 1989).

A Ilha do Maranhão está situada no centro da Planície Flúvio - Marinha do Golfão Maranhense com rochas e sedimentos da formação Itapecuru e Barreiras, cobertas por uma camada ferruginosa visível em várias partes da área de estudo.

O relevo da área do município de São José de Ribamar apresenta-se pouco acidentado, com áreas baixas e com altitude máxima de 20 a 48 metros o que facilita a circulação atmosférica, velocidade dos ventos no município e a ocupação ordenada em várias partes do território ribamarense (MARANHÃO, 1998).

CLIMA

A Ilha do Maranhão se encontra na área de transição climática entre tropical úmido amazônico e o semi-árido nordestino, sendo predominante o clima tropical chuvoso, Aw, com estação seca de inverno (STRAHLER, 1960).

A região de estudo enquadra-se no Clima tipo B1, caracterizado por altas temperaturas médias anuais, baixa amplitude térmica, com moderada deficiência hídrica nos meses de junho a setembro, totais pluviométricos entre

1500 e 2000 mm e umidade relativa do ar superior a 70%.

O território do município de São José de Ribamar recebe a influência das massas de ar Equatorial Atlântica e Equatorial Continental originada nas regiões de baixa latitude, para onde convergem os alísios no sentido nordeste-sudeste.

O clima é caracterizado por dois períodos bem distintos: apresenta cerca de 80% de chuvas durante o primeiro semestre do ano correspondente aos meses de janeiro a junho e no segundo semestre ocorre estiagem, no período de julho até dezembro (FEITOSA, 1996).

Por se encontrar próxima à linha do Equador, a insolação na área é constante. A consequência pode ser observada na temperatura que chega a valores médios anuais, próximos aos 26°C, alcançando níveis superiores nos meses de outubro e dezembro e inferiores em abril e maio.

A precipitação ultrapassa os 2.000mm/ano na ilha do Maranhão (FEITOSA, 1989, p. 45). São José de Ribamar se encontra em uma região de baixa latitude e apresenta altas temperaturas intensificando a dinâmica da paisagem na área, pois a absorção do calor acelera o processo de intemperismo mecânico nas partes secas e o químico nas partes úmidas dos solos e das rochas.

VEGETAÇÃO

O Estado do Maranhão apresenta a vegetação caracterizada pelo caráter transacional entre o clima semi-árido da região Nordeste e os climas úmidos e semi-úmidos da Região Norte, apresentando pequena diversidade de tipos fisionômicos com destaque para as áreas de floresta ombrófila densa e aberta, cerrado, manguezal, campos inundáveis, dunas e restingas.

Segundo Feitosa (1996), o território maranhense apresenta analiticamente seis tipos de formações vegetais distribuídos de maneira heterogênea, são elas: floresta, o cerrado, babaquais, campos, manguezais, dunas e restingas.

Quanto à cobertura vegetal, o município de São José de Ribamar, a rigor, apresenta características vegetais correlativas à área do Golfão Maranhense com manguezais na foz do rio Santo Antônio e São João na baía de São José onde ocorre a ação dos agentes oceanográficos, como correntes e marés, funcionando como regulador e catalisador biológico na área.

Ocorrem apicuns e florestas secundárias mistas com a presença da embaúba (*Cecropia concolor*), bacuri (*Platonia insignis*), do tucum (*Astocorium tucumã*) e do babaçu (*Orbygnia martiniana*); e a vegetação de capoeira

caracterizada por arbustos, árvores e palmeiras de crescimento rápido (MARANHÃO, 1998).

Nos manguezais há homogeneidade com um pequeno grupo de espécies do tipo *Rizophora Mangle* (mangue vermelho) e *Laguncularia racemosa* (Mangue Branco) com importância biológica e econômica para a região (Foto 02) (FEITOSA, 1996; BRASIL, 1991 e MARANHÃO, 1998).

O manguezal é uma vegetação de grande poder de regeneração e o seu ambiente tem grande importância biológica e para o equilíbrio da paisagem costeira além do valor sociocultural em que se sobressai a alta produtividade pesqueira. Mesmo com elevada importância, essas áreas apresentam fortes níveis de degradação em decorrência da especulação do espaço nas faixas litorâneas do município.

HIDROGRAFIA E OCEANOGRAFIA

A hidrologia caracteriza a dinâmica da massa líquida com a inclusão dos aportes fluviais, da água do mar e da hidrodinâmica que exercem influência na organização do espaço, principalmente na área costeira (GUERRA, 1996, p. 158).

O trabalho realizado pelos rios, anterior ao último avanço do mar, foi responsável pelo isolamento da ilha do Maranhão da área continental próximo, quando da estruturação dos antigos estuários de São José e de São Marcos.

A ilha do Maranhão é drenada por um conjunto de rios, que se destacam: Anil, Bacanga, Tibiri e Paciência além de outros menores. Quanto à hidrografia, o município de São José de Ribamar é recortado pelos rios Antônio Esteves (conhecido como Igarapé da Vila), Paciência, Jeniparana, e o Santo Antônio, principal bacia do município, que atuam na compartimentação do relevo principalmente nos períodos chuvosos quando as descargas líquidas e sólidas atingem níveis máximos (FURTADO, 2001).

A degradação e a ocupação das margens ocasionam sérios impactos na área desses rios com constantes descargas de esgotos in natura; em consequência do acesso restrito da população ao sistema de saneamento básico e grande quantidade de resíduos sólidos desde os mananciais até a foz, o que oferece risco à comunidade ribeirinha, causando o aparecimento de doenças e diminuição da diversidade biológica dos rios do município (GUERRA, 1996).

O rio Santo Antonio desemboca na baía de Curupu, juntamente com o rio Paciência, e apresenta características

singulares que provocam controvérsias quanto à denominação de rio, pois do médio curso à foz, os níveis de salinidade são altos em virtude de grande parte dos seus cursos serem inundados pela maré. A área dos rios é bastante utilizada pela população ribeirinha, através da obtenção de pescado e de mariscos dos manguezais além de ser zona atrativa de veraneio durante os períodos de férias.

Drenando áreas de menor densidade demográfica, onde as atividades do homem ainda se caracterizam por sua prática rural, o rio Santo Antônio tem suas margens relativamente conservadas, embora a qualidade da água esta comprometida pelo lançamento de esgoto, além do assoreamento por erosão pluvial.

Segundo Guerra (2006), a proposição de políticas públicas voltadas à gestão e planejamento dos recursos hídricos proporciona aumento da qualidade de vida da população local, bem como a proteção de áreas com potencialidade naturais de uso público.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

OS IMPACTOS DO TURISMO NO AMBIENTE

Uma das temáticas concernentes ao que diz respeito à qualidade de vida seria o levantamento de discussões sobre medidas para a diminuição da degradação ambiental provocada pelo próprio ser humano. É neste contexto que a implantação de projetos que visam atenuar os desdobramentos de uma sociedade consumista vem a somar com a tentativa de um desenvolvimento sustentável.

As atuais discussões acerca da conservação do ambiente se transformaram, nas últimas décadas do século XX, em fatores fundamentais para o gerenciamento de práticas turísticas para a garantia da sustentabilidade ambiental. As facilidades geradas pelo desenvolvimento dos meios e vias de transporte, em especial no que tange as viagens aéreas, deram ao fenômeno turístico uma dimensão global (CRUZ, 2003).

A interferência da sociedade na dinâmica da paisagem constitui um dilema no que tange um avanço considerável em se tratando de aspectos econômicos e um retrocesso levando em consideração que estes se superpõem à sistemática ambiental, proporcionando graves problemas ecológicos.

Este complicado e contraditório processo de formação das paisagens transformaram a sociedade no fator antropogênico interagindo no desenvolvimento do

ambiente. A modificação e alteração da paisagem pelas atividades humanas subordinam-se, em primeira instância, as normas da interação entre a natureza e a sociedade (RODRIGUEZ, 2007).

A paisagem, por mais que seja transformada, continua como parte integrante da natureza, subordinando-se as leis naturais, o homem somente utiliza as leis para alcançar seus objetivos em relação à direção e a velocidade da evolução da natureza.

As paisagens naturais modificadas e transformadas no transcurso da interação entre a natureza e a sociedade. Esta mudança define-se como o processo de antropogenização da paisagem, que consiste na modificação da estrutura, funcionamento, dinâmica e inclusive as tendências evolutivas da paisagem (PREOBRAZHENSKII & ALEKSANDROVA apud RODRIGUEZ, 2007).

As potencialidades naturais da região acabam por ser reduzidas, já que os impactos na área podem ter efeitos no local ou a vários quilômetros de distância. O processo de recuperação de tais áreas carece de vários recursos financeiros e humanos que poderiam ser evitados com o devido gerenciamento das riquezas da área (SANTOS e MASULLO, 2008).

O ambiente é pensado como um sistema complexo de relações e interações da base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, um espaço de relações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. Partindo desse pressuposto percebe-se o elevado e desordenado crescimento urbano no município aliado ao baixo investimento em saneamento básico, contribuem para a diminuição da qualidade de vida da população e grandes encargos ao estado.

Estas áreas que teoricamente deveriam ser preservadas vêm sofrendo graves interferências no balanço de seus sedimentos, ocasionados pelo avanço da urbanização, gerando problemas relacionados à erosão costeira, saneamento, poluição e desmatamento de manguezais, danos estes que poderiam ser evitados se houvesse um planejamento adequado destas áreas (GUERRA e MARÇAL, 2006).

Os constantes impactos ambientais tendem a provocar problemas sérios em áreas urbanizadas, e principalmente em ambientes com grande suscetibilidade como as zonas costeiras que acabam por representar uma importante opção de lazer e de atividade econômica, principalmente quando o balanço é negativo, engendrando alterações nas taxas de aportes e retiradas de sedimentos, podendo ocasionar processos erosivos (Foto 01).

É sabido que os crescentes transtornos que são

registrados justamente na interface entre litoral e oceano, em grande parte acabam sendo provocados por intervenções do homem no meio (GUERRA e CUNHA, 2001).

A ocupação do litoral brasileiro, principalmente nas proximidades das grandes cidades, vem se caracterizando pela profunda alteração e deterioração da paisagem. Casas e edifícios são construídos nas proximidades imediatas da orla a ponto de estarem sujeitos a risco potencialmente elevado de desastres por erosão, tornando potencialmente mais crítica, à medida que efeitos erosivos ou construcionais alteraram sensivelmente a configuração da linha de costa do município, representando uma faixa na qual a degradação ambiental por destruição da vegetação e as construções de edificações se tornam extremamente evidentes por transformar, sensivelmente a dinâmica da paisagem (MUEHE, 2001).

Assim, tanto no sentido do estabelecimento de uma zona de proteção costeira contra fenômenos erosivos, quanto no de preservação da paisagem, torna-se importante à definição de critérios para a fixação de limites tanto oceânicos quanto terrestres, legalmente aceitos, para que se possa orientar ações de controle e restrição de atividades que venham alterar de forma negativa as características ambientais, estéticas e de acessibilidade à orla (MUEHE, 2001).

As transformações proporcionadas pela sociedade que impõem ao meio físico das cidades trazem conseqüências negativas para a mesma, dando o exemplo da remoção da rugosidade natural ou mesmo antrópica nas cidades, implicando na ampliação, em termos absolutos, dos caudais escoados, para idênticos eventos chuvosos, porque o escoamento mais rápido reduz a taxa de infiltração. Esta mesma remoção de rugosidades e a conseqüente velocidade maior do fluxo provocam concentração mais rápida, significando que, para a vazão alcançar um determinado valor crítico, num ponto qualquer de um canal, a necessidade de tempo é menor do que antes da obra (CARVALHO, 2001 apud GUERRA e MARÇAL, 2006).

Nos últimos 50 anos, segundo Muehe (2005), houve uma intensa ocupação da faixa costeira brasileira, ou seja, a uma distância, em geral, não superior a 20 km do mar, onde se concentram 20% da população brasileira, sendo, portanto, ao todo 7.400 km de extensão do litoral, isso sem que sejam considerados os contornos de baías e ilhas, que, de uma maneira geral, possuem uma ocupação acelerada e desordenada.

A atividade turística na praia do município de São José de Ribamar, sem a devida vinculação direcionada a

preservação e a gestão ambiental da área, proporcionaram sérios danos ao ambiente, principalmente quando o fluxo de turistas é em grande número e a área não é preparada para recebê-los. Dessa forma, é possível indicar alguns dos problemas mais comuns nos lugares destinados ao turismo no município (Foto 02):

- remoção de espécies da flora típicas da região para uso como “souvenir”;

- descarga de inúmeros elementos estranhos ao



Foto 01 – Espigão construído para conter erosão na praia.
Fonte – Dados de pesquisa.



Foto 03 – Resíduos sólidos na praia de banho
Fonte: Dados da pesquisa..

O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.

O município de São José de Ribamar se encontra localizado ao norte do Estado do Maranhão, constituído por uma monumental estrutura dotada de considerável capacidade de resiliência, o que a confere a sua alta biodiversidade.

A diversidade biológica é ratificada exatamente pela conservação de todos os recursos naturais os quais desenham a praia, porém, a ação antropogênica acarreta impactos ambientais significativos, que devem ser levados

ambiente, como parte do lixo sólido da cidade, inclusive aqueles que não são biodegradáveis (Foto 03);

- perturbação dos animais gerada pelo excesso de barulho (alguns animais também ficam sujeitos a uma série de doenças quando alimentados inadvertidamente pelos turistas) (Foto 04);

- desapropriação dos povos nativos para novos empreendimentos.



Foto 02 – Visão da praia de São José de Ribamar.
Fonte – Dados de pesquisa.



Foto 04 – Esgoto despejado a céu aberto na praia de São José de Ribamar.
Fonte – Dados de pesquisa

em consideração no que tange a gestão e o planejamento da cidade e de sua estrutura turística (FEITOSA e TROVÃO, 2007).

O planejamento é uma atividade inerente à sociedade, tornando-se um esforço humano, forma conjunta e organizada, para que, modificando o meio em que acontecem as relações sociais, o ritmo de desenvolvimento do coletivo seja acelerado. Possui, portanto, uma formulação sistemática e devidamente integrada que expressa uma série de propósitos a serem realizados dentro de determinado prazo, levando em consideração as metas prioritárias definidas.

Dessa forma, o planejamento é um processo dinâmico

e, portanto, deve ser bem diferenciado de plano, programa e projeto, que são documentos, na forma de relatórios, contendo todas as informações necessárias à implantação, execução e controle das proposições feitas. Entende-se, portanto que o planejamento ambiental, possuiu o comprometimento em prevenir contra a ocorrência de catástrofes e danos ambientais generalizados, auxiliando no desenvolvimento sustentável, reduzindo as consequências negativas do crescimento urbano.

Christofolletti (2005) destaca que o planejamento ambiental envolve questões da espacialidade, pois incide na implantação de atividades em determinado território constituindo um processo que repercute nas características e no funcionamento da dinâmica da paisagem, levando em consideração aspectos do geossistema, bem como dos sistemas socioeconômicos que estão intrinsecamente

atrelados, como o ecoturismo.

Ecoturismo é uma atividade que pode estar intimamente ligada ao meio físico, em especial aquele que está vinculado à exploração das belezas naturais de uma determinada; é o turismo de aventura, o turismo ecológico, turismo saúde, o turismo lazer (GUERRA e MARÇAL, 2006).

Desta forma o conhecimento das características ambientais da área além de tornar mais rentável e segura deixa a atividade menos impactante. O turismo então pode usufruir deste conhecimento para uma melhor gestão, assegurando a diminuição dos impactos negativos ao ambiente. Desta forma temos o exemplo da praia de São José de Ribamar – MA ocupada por turistas no período de festas (Quadro 01).

Hotel	Quantidade total de quartos	Final de semana normal (quartos ocupados)	Alta temporada turística (quartos ocupados)
Solar dos Navegantes	6	4	6
Marcos e Marcelo	8	3	8
Kerara	8	4	8
Mar e Sol	7	4	7
São José	14	3	14

Quadro 01 – Hotéis ocupados no período de festas na orla de São José de Ribamar.
Fonte: Santos 2002.

A paisagem da Praia de São José de Ribamar constitui, portanto, o componente do ambiente natural como oferta turística primária ou original. Assim todo composto cênico, que integra o entorno dos focos, poderá ser considerado paisagem, e esta classificação permite a cada um, descrevê-la de forma subjetiva, através do funcionamento dos organismos ali inseridos.

É com esta perspectiva que o ecoturismo, necessita do ambiente preservado, criado por legislação quer seja federal, estadual e ou municipal, que dependa de procedimentos de manejo, segundo a fragilidade da terra, e que deve ser feito em áreas de preservação ambiental integral, a fim de garantir a conservação do meio para as gerações futuras (ROSS, 1990).

Se levarmos em consideração que a expressão ecoturismo diz respeito a um tipo de turismo cujo arcabouço concentra-se na manutenção do desenvolvimento sustentável, demonstrando preocupação com as gerações futuras, com a preservação dos biomas e com a justiça social, sem dúvidas a área de estudo possui características fiéis, para que se institua um processo ecoturístico a partir da estruturação de um plano de manejo forjado num planejamento ambiental, capaz de abranger

toda a população em volta da necessidade de transformar e qualificar a história local e a dinâmica ambiental em fundamentos que engendrem na sociedade a desejo por conservar a cultura e toda a sistemática ambiental vigente.

CONCLUSÃO

Os problemas ambientais causados pela nossa civilização no meio são imensos e suas consequências alteram significativamente a qualidade de vida da população e a diversidade natural do meio, com a diminuição de suas potencialidades.

As ações governamentais devem gerir sua área em conjunto e com a participação direta da sociedade para que as políticas públicas tenham efeitos válidos. Quando isso não ocorre, muitos problemas surgem como reação contrária ou omissão quanto aos problemas existentes por parte dos excluídos nas decisões no que se refere às práticas turísticas.

A melhoria da qualidade de vida em termos de saneamento (água potável, serviço de esgoto, coleta e disposição final adequada para resíduos sólidos) com

fortalecimento dos municípios para a operação e manutenção dos serviços, para melhoria da qualidade ambiental nas praias pelo estabelecimento e gestão adequada de unidades de conservação e programas de conscientização ambiental; e na qualidade de água nos corpos receptores e a água subterrânea por causa da implantação de sistemas de esgoto sanitário com suas estações de tratamento são exemplos de políticas públicas direcionadas a gestão e planejamento ambiental da área do município.

Os procedimentos de gestão ambiental são semelhantes em qualquer caso. Pequenas adaptações tem sido necessárias de uma área de atividade para outra. O que tem mudado passo a passo são as metodologias que vêm se aprimorando dia após dia, tornando mais fácil o entendimento das análises e facilitando o planejamento de ações.

Com os resultados de tais políticas desta amplitude, os resultados serão completos e analisados com critérios rigorosos, conclui-se que: projetos turísticos não diferem de outros em outras áreas de atividade antrópica, sendo necessário que se tomem todos os cuidados necessários, conforme é previsto pela política ambiental brasileira, num processo de avaliação ambiental responsável, com desenvolvimento da sociedade na elaboração e gestão dos projetos, para que se possa evitar danos maiores e mitigar os que forem previsíveis gerenciando cada área de acordo com suas potencialidades e fragilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. IBAMA. SEMATUR/MA. Diagnóstico dos principais problemas ambientais do Estado do Maranhão. São Luís. LITHOGRAF; 1991, 193p.
- CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento Geomorfológico nos Projetos de Planejamento. In: Geomorfologia: Uma Atualização de Bases e Conceitos.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Introdução a Geografia do Turismo. 2ª Ed. Roca: Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, Sandra Batista & GUERRA, Antonio José Teixeira, (Orgs). Geomorfologia: Exercício, Técnicas e Aplicações. 2º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.
- FEITOSA, A. C. Evolução Morfogenética do Litoral Norte da Ilha do Maranhão. Rio Claro. UNESP. 1989.
- FEITOSA, Antônio Cordeiro. Dinâmica dos Processos geomorfológicos da área costeira a nordeste da ilha do Maranhão. Rio Claro: IGCE - Cp - UNESP, 1996. 249p.
- FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. Atlas Escolar do Maranhão: Espaço histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.
- FURTADO, Marcia Silva, FEITOSA, Antonio Cordeiro. Estudo da compartimentação topomorfológica do município de Paço do Lumiar – MA. In: IX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Recife, 2001. p 139.
- GUERRA, Antonio José Teixeira & MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia Ambiental. Rio Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- GUERRA, Antônio José Teixeira, CUNHA, Sandra B. da. Degradação Ambiental. In: GUERRA, Antônio José Teixeira, CUNHA, Sandra B. da. Geomorfologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 337-376.
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. O estudo da paisagem: uma abordagem perceptiva. In: Revista Geografia e Ensino. Ano2, Nº 08. Belo Horizonte: 1988.
- MARANHÃO. "Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos". Diagnóstico ambiental da microrregião da aglomeração urbana de São Luís e dos Municípios de Alcântara, Bacabeira e Rosário. São Luís, 1998.
- MASULLO, Yata Anderson G. SANTOS, Benedito Alex M. de O. CASTRO, Cláudio Eduardo. A Evolução da Bioengenharia na recuperação de áreas degradadas. Anais do VII Simpósio Nacional de Geomorfologia – SINAGEO – Belo Horizonte – MG, 2008.
- MUEHE, Dieter. Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento. Revista Brasileira de Geomorfologia, Volume 2, Nº 1 35-44. 2001.
- MUEHE, D. Geomorfologia Costeira. In: Geomorfologia – Uma Atualização de Base e Conceitos. A.J.T. Guerra e S. B. Cunha (Orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 6ª edição, pp. 253-308. 2005.
- PEREIRA, Ediléa Dutra. Avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação do solo e do aquífero do Reservatório Batatã-São Luís (MA). Tese (Doutorado em Geociências)- Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 2006.
- RODRIGUEZ, José Manuel Mateo et. Al. Geoecologia das Paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental. 2º ed. Fortaleza. Ed. UFC, 2007.
- ROSS, Jurandir L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990. 84p.
- _____. Geomorfologia fluvial. In: CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 157-188.
- STRAHLER, A. N. Climate and their classification. Physical geography, 2 ed., New York: John Wiley, p. 181-193, 1960.